

VIOLÊNCIA ESCOLAR: AS PREOCUPAÇÕES EXPRESSAS NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA.

Laelcia Valadão¹

Marilene França²

Laêda Bezerra Machado³

Resumo

A violência é uma problemática e está cada vez mais presente no interior das escolas. Trata-se de um fenômeno que merece atenção por parte dessas instituições. A presente pesquisa teve como objetivo analisar as preocupações e ações para com o problema da violência escolar expressas no Projeto Político Pedagógico da Escola (PPPE) de escolas públicas de Recife-PE. Desenvolvemos uma pesquisa documental de 10 (dez) PPPEs de escolas municipais e estaduais. Constatamos que os projetos revelam ações de combate ou prevenção à violência. São ações mais diretas e contínuas no trato as situações violentas de diferentes naturezas ocorridas na instituição, como a agressão física e o *bullying*, além de ações indiretas, voltadas à prevenção da violência escolar. Essas ocorrem esporadicamente e buscam estimular a boa convivência no espaço escolar. O trabalho revelou preocupação e empenho da escola para com o problema.

Palavras-chave: Violência. Projeto Político Pedagógico. Escola.

1. INTRODUÇÃO

A violência, num sentido amplo, está cada vez mais presente no cotidiano da sociedade atual. A frequência com que atitudes violentas de toda natureza são praticadas faz com que algumas sejam entendidas como corriqueiras e pouco graves. O cidadão, sem saber como lidar com o problema, vai encontrando modos de conviver com ele. Considerando a violência uma problemática complexa que se manifesta de múltiplas formas física, simbólica, psicológica, institucional, ou seja, atos ou ações que afetam a dignidade da pessoa no meio social, procuramos com esta pesquisa direcionar nossos estudos para a questão da violência em um espaço social específico, o escolar. Optamos por estudar a violência escolar porque esse tem sido um dos ambientes onde o fenômeno tem se manifestado com grande frequência⁴.

¹ Aluna concluinte do curso de Pedagogia e-mail: laelciavaladao@gmail.com

² Aluna concluinte do curso de Pedagogia e-mail: marilefranca@uol.com.br

³ Orientadora do trabalho. Professora do departamento de Administração Escolar e Planejamento Educacional.
E-mail: laeda01@gmail.com

⁴ Diário de Pernambuco Publicação: 04/12/2014 21:12

Estudante é autuado em flagrante por lesão corporal após agredir uma professora. O fato ocorreu nesta quinta-feira (4), na Escola Municipal Olindina Monteiro de Oliveira Franca, no bairro de Dois Unidos, Zona Norte do

Nosso interesse pela temática da violência na escola surgiu no decorrer do estágio curricular no próprio curso de Pedagogia, na vivência em sala de aula ao presenciarmos situações de cunho violento no interior da escola. Nossa inserção nas escolas públicas permitiu observar as frequentes ações violentas entre os grupos de estudantes, com características diversas no interior dessas instituições. Dentre essas ações violentas, destacamos como as mais frequentes, agressões verbais com ameaças de aluno para professor ou dos alunos entre si, geradas a partir de apelidos e brincadeiras tomadas por uma parte e não aceita pela outra, ou até mesmo por um esbarrão casual entre alunos nos corredores das escolas. No geral, as ameaças que os alunos fazem uns aos outros se concretizam em agressões físicas ou morais, seja dentro da escola ou no seu entorno. Esses atos partem dos próprios alunos, de pais ou familiares que reagem frente a acontecimentos ocorridos na escola e rebatem nos alunos entre si, em gestores e professores ou outros profissionais da comunidade escolar.

Em nossa percepção, a violência materializada no espaço escolar não difere daquela que ocorre além de seus muros, visto que as consequências para quem sofre a ação violenta são as mesmas: o medo, a dor física ou moral, também o sentimento de impotência ou perda. As razões para quem a pratica parecem ser as mesmas: intolerância, indisciplina, discriminação, descaso, incapacidade de reflexão e o despreparo para o diálogo.

As diferenças principais estão relacionadas ao espaço em que ocorre e seus praticantes, ou seja, a escola e o tratamento referente a seus atores alunos, professores, gestores, enfim, à comunidade escolar. Segundo Aquino (1999), devem-se prevenir os episódios de violência tratando-os antes que tomem proporções que coloquem em risco as pessoas e o ambiente escolar. No entanto, em nossa experiência, constatamos que gestores e professores tentam resolver a violência dentro da escola com ações paliativas, com medidas que buscam punir ou combatê-la apenas no momento das ocorrências. As ações tomadas se resumem em afastar os atores envolvidos nos fatos e chamá-los a uma conversa de advertência ou de cunho repreensivo.

Recife, próximo às 16h. O adolescente de 14 anos teria proferido socos e chutes na docente durante uma discussão.

SBT Jornalismo Publicado em 6 de mar de 2015. Brasil é o país com maior índice de violência nas escolas. Uma pesquisa revelou que doze em cada cem professores confirmaram ter sofrido pelo menos uma agressão por semana. Em Belo Horizonte, mais um caso. Um adolescente de 15 anos invadiu a secretaria da escola e bateu com um tripé de ferro na diretora. <https://www.youtube.com/watch?v=yCEYz3orMcg> consulta em 13/06/2015.

Considerando o papel educativo assumido pela instituição escolar, a função dos educadores na formação dos cidadãos a autonomia que a instituição escolar tem para pensar/elaborar sua proposta pedagógica levando em consideração o contexto da cultura local, levantamos alguns questionamentos que orientaram o desenvolvimento da nossa pesquisa, tais como: A violência escolar é reconhecida como um problema no Projeto Político Pedagógico da escola? Como esse documento se refere ao assunto? Qual o papel da comunidade escolar frente à problemática? Como ele define os papéis da equipe pedagógica e do professor para lidar com esse problema?

Em busca das respostas para as questões que nos inquietam, temos como **objetivo Geral:** analisar se o Projeto Político Pedagógico de escolas públicas das redes municipal e estadual contém diretrizes que tratem direta ou indiretamente da violência escolar e explicitar como sua organização pode contribuir para a redução do problema. Como **objetivos específicos, procuramos:** Identificar se a violência escolar é reconhecida como um problema no Projeto Político Pedagógico da escola e como o documento aborda o assunto e destacar ações propostas no PPPE enfatizando os papéis da equipe gestora e professores para lidar com a problemática da violência escolar.

2. MARCO TEÓRICO

Tendo em vista os objetivos propostos empreendemos uma discussão conceitual sobre violência escolar e Projeto Político Pedagógico (PPPE).

A violência é um tema recorrente em muitos estudos e presente na mídia de forma geral. Esta evidência comprova o aumento de atos violentos que comprometem vários segmentos da sociedade. Para Odalia (1983 p.08), “a violência no mundo hoje parece tão entranhada em nosso dia-a-dia que pensar e agir em função dela deixou de ser um ato circunstancial, para transformar numa forma do modo de ver e de viver o mundo do homem. ” Se considerarmos o momento em que fez essa reflexão, percebemos que ela ainda é bastante atual, a violência hoje, trinta e dois anos depois, continua a fazer parte do cotidiano das pessoas, de forma até mais intensa. Seria como uma “vizinha” que está à espreita para se manifestar a qualquer momento em qualquer lugar, esse vácuo no tempo entre o texto de Odalia (1983) e o que vemos hoje não fez diferença, ao contrário, está mais acentuada; “quebrar” esse encadeamento sociedade-violência persiste como um grande desafio.

Na visão de Odalia (1983 p.02), a violência se manifesta ou se exprime por meio da agressão. “A agressão física que atinge diretamente o homem tanto naquilo que possui no seu

corpo, seus bens, quanto naquilo que mais ama, seus amigos, sua família e ainda essa violência está presente nos bairros sofisticados e nas favelas. ” Não há, então, o lugar sem manifestação da violência, o que a diferencia é o contexto em que ela acontece, o que a desencadeia, o momento é o fato que a faz eclodir. Charlot (2002, p. 69), define violência como:

[...] golpes, ferimentos, violência sexual, roubos, crimes, vandalismo. - Incivildades: humilhações, palavras grosseiras, falta de respeito; - violência simbólica ou institucional: compreendida como a falta de sentido de permanecer na escola por tantos anos; o ensino como um desprazer, que obriga o jovem a aprender matérias e conteúdos alheios aos seus interesses; as imposições de uma sociedade que não sabe acolher os seus jovens no mercado de trabalho; a violência das relações de poder entre professores e alunos. Também o é a negação da identidade e satisfação profissional aos professores, a sua obrigação de suportar o absenteísmo e a indiferença dos alunos.

Na impossibilidade de resolver o problema da violência, a sociedade acostuma-se a conviver com ela, muda-se a forma de viver, restringe-se a liberdade, constroem-se moradias que parecem prisões. Estamos nos “adaptando” à violência, ou seja, podemos dizer que nosso modo de viver vem sendo moldado por ela.

O relatório mundial sobre violência, publicado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 2002, coloca a violência como um problema mundial de saúde pública, de tão alarmante as consequências que são imputadas às pessoas de todo o mundo. Para a OMS, “violência é o uso intencional da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação”.

A definição da OMS atinge em larga escala toda a sociedade, de modo que esta organização inclui a violência como um problema de saúde pública. Essa definição é pertinente devido aos seus resultados que repercutem diretamente na área de saúde. O caminho da violência, como vemos, é um caminho longo e em cada local deixa sequelas. Um desses locais é a escola, espaço de aprendizagem e convivência de jovens, adolescentes e pré-adolescentes. Também a essa comunidade escolar podem ser agregados pais ou responsáveis, com seus problemas e maneiras de educar ou deseducar. Eles chegam à escola com suas ideias e prontos a defendê-las. Mas como tudo isso se transforma em violência? Como a violência se mostra na escola?

No âmbito da discussão científica, a violência escolar não é um fenômeno inédito. Charlot (2002) situa historicamente a questão. Segundo o autor “já no século XIX houve casos de violência sancionada com prisão, ela assume formas que, esse sim, são novas. ” Na visão de Charlot não são novas também as formas de lidar com os casos. Lidar com o problema é um desafio a ser enfrentado pelas instituições escolares. É preciso que a equipe pedagógica/gestora se antecipe aos problemas, pois eles interferem na rotina escolar. Para isso é preciso identificar o que realmente é violência a fim de agir. Na tentativa de melhor esclarecer sobre o fenômeno, Charlot (2002) problematiza a definição de violência escolar:

Violência na escola é aquela que se produz dentro do espaço escolar; violência à escola está ligada à natureza e as atividades da instituição escolar, quando um bando entra na escola para acertar contas das disputas que são as do bairro...; quando os alunos batem nos professores, provocam incêndios ou os insultam...; violência da escola: uma violência institucional, simbólica, que os próprios jovens suportam através da maneira como a instituição e seus agentes os tratam (modo de composição de classes, de atribuição de notas, de orientação, palavras desdenhosas dos adultos, atos considerados pelos alunos como injustos ou racistas...). (Charlot, 2002 p.235)

As distinções do que seja violência escolar propostas por Charlot (2002) permitem aos responsáveis pelas instituições caracterizar o fenômeno vivenciado no espaço escolar e abrir discussões e ações para minimizar, agir coletivamente em busca de soluções. O que precisamos é que as instituições se adéquem às novas formas de lidar com qualquer tipo de violência que venha a se manifestar no seu interior, ou no entorno envolvendo seus membros. Entendemos que reconhecer que o problema existe e buscar alternativas para enfrentá-lo são preocupações das quais a comunidade escolar não deve desconsiderar quando pensa e elabora o PPPE.

Como já mencionamos, são variadas as formas como a violência se materializa no interior da escola, seja como a violência física, moral, psicológica, patrimonial, política, sexual, familiar, entre outras denominações.

Agressores e vítimas de violência estão sempre presentes no âmbito escolar, daí a necessidade dessa comunidade se apropriar cada vez mais do assunto, na tentativa de buscar meios para enfrentar esse problema de forma consciente, que traz ou pode trazer riscos a quem ousar interferir nos diferentes conflitos que geram esse problema. Silva (2010) afirma que “a violência que se apresenta nas escolas ainda tem um diferencial em termos de sua

categorização e origem, mas é menos controlada nas escolas frequentadas pelos alunos menos favorecidos que, no caso do Brasil, são as escolas públicas. (p.34) ”.

A violência, na visão de Silva e Salles (2010) constitui um desafio contemporâneo, os autores a reconhecem como um produto das sociedades globalizadas, onde se criam preconceitos, a imposição de padrões e quem não os segue passa a ser excluído. Eles mostram as atitudes excludentes reproduzidas por profissionais da educação como fuga dos conflitos vigentes e situação de comodidade, “responsáveis pela condenação surda de “jovens promovidos à exclusão”, preferem fechar as portas e meditar entre intelectuais bem-educados. ” Isso nos remete a questão da falta de preparo dos profissionais para lidar com a nova cultura instalada no âmbito escolar. Até mesmo a consciência de que por traz de um adolescente agressor existe um ser humano. A preparação do professor, que lida mais diretamente com as situações de agressividade na escola é tratada por Paulo Freire que afirma “a prática docente crítica, implica no pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer” (FREIRE, 2001, p. 42)

A partir de Freire (2001) podemos dizer que aproximação entre professor e aluno pode contribuir para se criar um ambiente de sala de aula menos propenso à violência e essa mudança tende a repercutir fora da sala de aula em outras relações que interferirão na rotina da instituição. Nós não diríamos que falta o controle da violência, pois muitas vezes a comunidade escolar não se dá conta da existência dela. Nesse intuito, decidimos tratar deste tema, tão discutido nos dias atuais.

2.1. O fenômeno da Violência Escolar: aproximações com a literatura

O aumento da violência na escola tem gerado inquietações em pesquisadores da área educacional que procuram investigar a natureza desse fenômeno que tem se manifestado com frequência nas instituições de ensino do país. Em revisão da literatura sobre o assunto localizamos alguns trabalhos dos últimos cinco anos que trazem como tema a violência na escola investigada a partir de várias perspectivas. Para revisão de literatura fizemos uma busca no *site* do Google acadêmico e localizamos sete artigos publicados em diferentes periódicos⁵.

⁵ Revista Travessias; Revista África e Africanidades; Repositório Institucional UNESP, Mackenzie Pesquisa/pibic/publicacoes/2011, Revista Reflexão e Ações; Cadernos de Pesquisa, 2013 e Perspectiva 2014.

Os textos trazem os seguintes enfoques referentes à violência escolar: Lira e Lima (2015) abordam a discriminação racial como forma de violência; Machado e Soares (2014) tratam **violência contra o professor no contexto de escolas públicas e privadas**; Costa (2014) a relação entre moralidade e violência escolar na visão dos professores; Machado e Carvalho (2013) as concepções e ações do coordenador pedagógico frente a violência na escola; Sposito (2013) em um ensaio sobre o tema discute repercussão midiática de episódios de violência no ambiente escolar; Lijima e Schroeder (2012) analisam a violência escolar no Brasil; Rubinho e Souza (2011) abordam as concepções e atitudes dos docentes e gestores acerca do bullying. A seguir comentamos cada um dos trabalhos localizados.

Lira e Lima (2015) discutem no artigo “A discriminação racial como forma de violência: um desafio para educação de hoje” a necessidade de uma maior atenção para discriminação racial como forma de violência grave que vem se proliferando no contexto escolar. Destacam o papel da escola como local de excelência para aprendizagem e constituição do indivíduo como cidadão, para o combate a violência racial e questionam a efetivação da Lei Federal 10.639/03 nas práticas educacionais.

Machado e Soares (2014), no artigo “violência contra o professor nas representações sociais “ analisam as representações sociais de violência contra o professor nas escolas públicas e privadas da região metropolitana de Recife. Como resultado da pesquisa as autoras concluem que o estudo permitiu perceber como os professores lidam com a violência contra si e no interior da escola.

Costa (2014), no trabalho “Moralidade e violência nas escolas na visão dos professores”, analisa o que pensam professores do 6º ano do Ensino Fundamental de duas escolas públicas da cidade de Maringá (PR) sobre a violência escolar e o desenvolvimento da moralidade humana e suas possíveis relações. Conclui que as teorias do desenvolvimento moral, têm se tornado fundamentais para promover um maior amadurecimento de conceitos como: a dignidade, a justiça, a bondade, a solidariedade e o respeito a outros seres humanos, com o intuito de promover uma educação pacificadora e, desta forma, anular significativamente a violência e a sua banalização, sobretudo nas escolas.

Machado e Carvalho (2013), no artigo “Violência escolar: concepções e ações do coordenador pedagógico” discutem as concepções de violência escolar das coordenadoras pedagógicas de escolas municipais do Recife e como esses profissionais trabalham para que a escola e as famílias enfrentem os atos de violência. O artigo revela que na concepção das

coordenadoras, a violência se caracteriza de forma verbal, moral e física, comprometendo as relações na escola e a integridade do aluno e é decorrente da ausência da família tanto nas questões domésticas quanto escolar, sendo o diálogo entre alunos, familiares e as coordenadoras a prática mais utilizada para lidar com a questão da violência no ambiente escolar. Para as autoras, através da sensibilização das famílias e da comunidade escolar é possível tornar a escola um ambiente protetor em relação ao problema da violência.

Sposito (2013), em seu texto “A Instituição Escolar e a Violência”, preocupa-se em afastar certos mitos, tais quais o da imediata associação de violência escolar à pobreza e violência social. A autora usa exemplos de ambientes escolares localizados fora de eixo de fragilidade social que protagonizam episódios de violência, e a suposta exclusividade nacional detentora da problemática, citando países diferentes que se depararam com a violência escolar. Focada em traçar uma clara definição sobre violência escolar, utiliza-se de contraexemplos, que incluem furtos e depredações advindas de fatores externos àquele ambiente, descrevendo ambiente social violento a fim de analisar a prática escolar caracterizada pela violência onde os atores fazem parte daquele ambiente (alunos, professores, pais, coordenadores, funcionários). A autora comenta sobre a baixa produtividade acadêmica acerca do tema e discute estratégias adotadas pelo poder público a fim de inibir a prática violenta, como ações integradoras e regras de conduta, observando eventuais sucessos e criticando a falta de condições geradas para a manutenção das práticas citadas. Finaliza atribuindo reações de indiferença e violência perante a prática pedagógica, cujo foco esteja em incertas possibilidades de melhoria para o futuro, sendo insuficiente para a construção de relações significativas com a escola, reflexos da crise que atinge os sistemas escolares.

Lijima e Schroeder (2012) no artigo “Pesquisa sobre violência escolar no Brasil” fazem um levantamento sobre as pesquisas que abordam o tema da violência escolar em nível nacional, com objetivo de mapear a produção teórica dos grupos de pesquisa que investigam este tema nos trabalhos registrados no diretório de grupos de pesquisa no Brasil, cadastrados no CNPq, bem como as produções científicas divulgadas na ANPED. Os resultados apontam que as abordagens predominantes nas produções relacionadas à temática no Brasil se baseiam, em sua grande maioria, nas perspectivas sociológicas e psicológicas. A perspectiva psicológica, de acordo com os levantamentos, predomina em relação à produção de trabalhos científicos cadastrados na ANPED. Os resumos analisados na perspectiva psicológica baseiam-se, em sua grande maioria, na percepção de professores e ou alunos vítimas de ações

discriminatórias, percepções advindas de um ambiente violento, nesse caso, o ambiente escolar.

Rubinho e Souza (2011), no artigo “Violência escolar: um olhar sobre as concepções e atitudes dos docentes e gestores acerca do *bullying*”, investigaram de que maneira docentes e gestores podem contribuir para a incidência de *bullying*, concluindo que embora o trabalho docente e do gestor seja complexo e esteja permeado de inúmeras especificidades é de essencial importância que todos aqueles que assumiram a responsabilidade pela educação estejam conscientes que o *bullying* não pode ser considerado uma brincadeira de criança, já que está inserido num quadro de violência.

Constatamos, neste recorte acerca dos trabalhos produzidos nos últimos cinco anos sobre a violência escolar, que o fenômeno é tomado para estudo a partir de várias perspectivas. Considerando a relevância desses trabalhos, acreditamos que a presente pesquisa vem contribuir com esses estudos tendo em mente que a questão da violência escolar será abordada na perspectiva de como esse fenômeno é tratado no projeto político pedagógico da escola.

2.2 Sobre Projeto Político Pedagógico e autonomia da escola para lidar com seus problemas

Inicialmente lembramos que a elaboração do PPPE se vincula ao princípio da gestão democrática da escola pública e está relacionada ao processo de autonomia escolar, algo conquistado a duras penas durante o processo de redemocratização da sociedade brasileira. A Constituição de 1988, elaborada durante o processo de redemocratização do país trouxe mudanças consideráveis na forma de se pensar a escola. No inciso VI do artigo 205 refere-se a gestão democrática do ensino público, na forma da lei. Com essa prerrogativa constitucional e mais adiante com as complementações trazidas pela Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB) nº 9394/96 foram ou estão sendo desconstruídas nas escolas públicas a ideia do “poder centralizado, ”.

A gestão democrática ou compartilhada da escola surge como forma de dividir as responsabilidades e acolher novas ideias de vários segmentos que compõem instituição. A LDB n. 9394/96 veio para corroborar o processo de mudança pela qual a educação passava e explicitar o que está dito na Carta Magna de 1988 sobre a educação. Conforme está dito no

seu artigo 12 da LDB, os estabelecimentos de ensino devem elaborar e executar sua proposta pedagógica; e no inciso I do artigo 14, declara a importância da participação dos profissionais da educação na elaboração do PPPE; no inciso II do mesmo artigo reforça a participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Com a anuência da Lei, as instituições de ensino foram construindo uma forma de convivência mais democrática com a comunidade, mudou o perfil de quem administra a escola e mudou a escola. Nessa perspectiva, uma das formas de percebê-la com poder para arquitetar propostas de mudanças, ouvir e se fazer ouvir é mediante a consulta ao seu PPPE, que é a materialização dos planos e projetos de quem a constrói, ou seja, da comunidade escolar organizada.

A identidade da escola está presente no PPPE. Sobre esse documento e sua construção, Santiago (2012) afirma que é um trabalho que envolve a comunidade que se situa no âmbito escolar (comunidade interna) e no âmbito externo da escola (comunidade externa). Como diz a autora, são várias “vozes” que colaboram com a feitura desse documento de identidade. Para Santiago (2012:99), o desafio maior está em

[...] vivenciar essa ideia tomando como processo de aproximações sucessivas entre (1) a prática pedagógica que se realiza na escola e o que se pensa sobre a educação, sobre o ensino, os conteúdos do ensino e os estudantes; (2) a ideia que se tem da tarefa social da escola e o trabalho e trabalho que nela se realiza; (3) as intenções de trabalho na escola e os resultados escolares nela produzidos.

A partir do que é colocado por Santiago (2012), percebemos que a construção do PPPE envolve algo muito maior do que relacionar várias propostas ou atividades a serem desenvolvidas no ambiente escolar em certo período. A construção do PPPE implica em relacionar pessoas (aluno, gestão, professores, comunidade), a um projeto comum que será construído a partir da identificação dos problemas e colocar em prática a solução para esses problemas encontrados, não apenas ser um documento que será elaborado porque assim a lei determina.

Referindo-se à construção do PPPE, Santiago (2012) pontua elementos importantes e relevantes em sua configuração, destacando quatro fases fundamentais nessa construção: a) a análise da realidade ou análise da situação escolar; b) discussão da situação escolar, tomada de decisão e definição de prioridades e metas para o trabalho escolar; c) efetivação-vivência

das decisões tomadas para o funcionamento da escola; d) o acompanhamento e avaliação das decisões e práticas.

Conforme Santiago (2012), todas essas fases precisam, ser respeitadas para que todos os envolvidos em sua preparação reflitam sobre o que está sendo construído e que essa construção é para o bem da comunidade escolar, dando a ele um caráter inovador.

Entendemos o PPPE como um documento vivo, não apenas um instrumento burocrático. Para estabelecer suas diretrizes é necessário coletar elementos em todos os setores da escola. Em geral, a equipe gestora coleta e sistematiza os dados, as decisões e procura garantir a efetivação da política escolar definida no projeto, além de procurar mobilizar a comunidade em relação ao seu acompanhamento e avaliação. O processo de elaboração, construção e vivência do PPPE acaba sendo um processo de conscientização sobre o diálogo entre o teórico e o prático no interior da escola. Devem ser considerados como subsídios na identificação do papel do professor e de cada membro envolvido em sua construção, durante sua análise, os desafios cotidianos enfrentados pela escola.

A partir da reflexão se abrirão portas para um trabalho conjunto entre as políticas escolares e as atitudes tomadas diariamente para se alcançar as metas preestabelecidas, porém devemos lembrar que é um planejamento flexível e a qualquer momento, dependendo da necessidade da escola, pode ser alterado.

Se tomarmos como ponto de partida a análise da realidade da escola teremos a oportunidade de, junto à comunidade escolar, elencar quais são os problemas vivenciados por essa comunidade e, ao discutir esses problemas, abrir possibilidades de tratar vários temas de interesse da escola dentre eles, a violência escolar. Na nossa percepção, esse pode ser um tema importante e relevante porque interfere na rotina da escola e no aprendizado, ou seja, abala a sua estrutura. Admitimos que por se tratar de um assunto que interfere profundamente no cotidiano escolar, ele pode ser discutido nos encontros com a comunidade escolar em busca de soluções, bem como está prescrito o compromisso com esse debate no PPPE.

No nosso entender, a escola deve incluir na organização do seu PPPE o quesito de enfrentamento à violência. Não apenas enfrentá-la com punição, e sim, aglutinar profissionais e suas contribuições no sentido de enfrentá-la. Envolver essa comunidade de forma que o problema possa ser contemplado no projeto, nas etapas de sua construção: definição, organização, execução e avaliação do tema.

Admitimos que a escola deve estar consciente do poder que possui ao construir seu PPPE. Como vemos em Caria (2011:47), “o fato é que os sistemas de ensino, a exemplo da própria sociedade brasileira, ainda não se mostram preparados para vivenciar a radicalidade democrática na qual a retórica em torno do projeto político pedagógico se apoia...”. Sua autonomia precisa ser reconhecida e posta em ação para resolver os problemas comuns a escola hoje dentre eles, a violência seja ela simbólica ou física.

Reconhecendo a violência no interior da escola como um problema vivo e real do dia a dia, como já dissemos antes, procuraremos com esta pesquisa se debruçar sobre os PPPEs de escolas públicas para saber se o problema da violência escolar tem sido objeto de preocupação dessas instituições e como manifestam o interesse em enfrentar a problemática.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para realização deste trabalho, adotamos a abordagem qualitativa. Essa abordagem toma o ambiente natural como fonte direta de recolha de dados (Bogdan e Biklen 2010). Trata-se de um estudo descritivo de delineamento documental. Tomamos como fonte ou documento o projeto político pedagógico de escolas públicas municipais e estaduais do Recife.

Analisamos 10 (dez) projetos dessas escolas. A escolha por esse documento foi considerada devido a sua importância para o trabalho da escola, ou seja, por entendermos que esse documento expressa a intencionalidade do trabalho coletivo na escola, a busca de metas comuns para o desenvolvimento da comunidade escolar.

Foi esta concepção acerca do PPPE que nos fez pensar em investigá-lo em busca de respostas para a questão principal de nossa pesquisa, qual seja como a escola aponta nesse documento perspectivas para lidar com o problema da violência no seu interior.

Para seleção dos documentos analisados foi obedecido o seguinte critério: todos PPPEs foram de escolas públicas municipais e estaduais localizadas em áreas centrais e periféricas. Selecionamos projetos de: duas escolas do ensino fundamental da rede municipal localizadas em região periférica, duas escolas desse mesmo nível e também municipal localizadas em áreas mais urbanizadas da cidade; três escolas estaduais do ensino médio localizadas em áreas mais periféricas e vulneráveis; três desse mesmo nível da rede estadual

localizadas em áreas mais urbanizadas incluindo nesse último grupo escolas de referência no ensino médio.

Para seleção dos referidos documentos entramos em contato com a equipe gestora das escolas e pedimos autorização para acesso e consulta dos textos. Inicialmente, entramos em contato com os gestores (as) das escolas selecionadas para apresentar as nossas intenções em realizar a pesquisa naquelas instituições, deixando claros nossos objetivos e explicitando a importância da concessão do documento para o êxito do trabalho. Procuramos nos adequar e atender às normas da escola, quando não foi possível o acesso a cópia do material, fizemos a consulta na própria escola agendando as visitas conforme a disponibilidade da gestão em nos receber.

De posse do projeto político pedagógico, exploramos seu conteúdo realizando sua leitura. Para Cellard (2008) há cinco dimensões que compõem a primeira etapa da análise documental. São eles: a avaliação do contexto em que foi produzido o documento; identificação dos autores, seus interesses e os motivos para a escrita do documento; avaliação da autenticidade, confiabilidade e natureza do texto; identificação dos conceitos-chave e a lógica interna do documento. Essas dimensões nortearam a primeira etapa da análise dos documentos selecionados.

Cada projeto selecionado para esta pesquisa foi analisado em sua totalidade, de modo que podemos identificar ou não em seu contexto, ações e metas que expressam as preocupações de seus autores com a questão da violência na escola. Os dados obtidos foram posteriormente interpretados. Para realizar a análise das intenções propostas no projeto político pedagógico em relação ao problema da violência escolar, elaboramos um roteiro de análise (apêndice) que permitiu organizar e discutir o conteúdo desse texto, com base nos seguintes tópicos: nome da escola; localização; público atendido; turnos de funcionamento; fatores que determinaram sua construção, período de estruturação do projeto; problemas de violência que repercutem na escola; ações e responsáveis pelas realizações.

3.1 Escolas Participantes da pesquisa

Conforme o planejado, fizemos contato com a Secretaria de Educação do Município Recife, que concedeu uma carta de anuência para termos acesso às escolas da rede e a seus

Projetos. Contudo, a posse da carta não nos garantiu o acesso aos documentos, em algumas escolas dessa rede tivemos que enfrentar a resistência de gestores.

Para o acesso a escolas estaduais, primeiramente buscamos no site da Secretaria de Educação de Pernambuco o nome, o endereço e telefone de várias escolas, fizemos uma lista e a partir desta, começamos a entrar em contato por telefone com a gestão desses estabelecimentos e assim agendamos a primeira visita. No decorrer desse processo, fomos eliminando várias escolas de nossa lista e acrescentando outras por diferentes razões, tais como: a escola não oferecer o ensino médio, apenas as séries finais do ensino fundamental, a gestão informar que o PPPE da escola ainda está em construção, a gestão se negar a colaborar com a pesquisa alegando que o documento é confidencial da escola e não pode ser exposto, a gestão agendar conosco para cessão do documento e não comparecer ou por não encontrarmos a gestão na escola todas vezes e horários que lá estivemos. Nas escolas estaduais em que não nos deparamos com esses problemas, fomos muito bem acolhidas pela gestão e tivemos acesso ao documento sem maiores problemas.

Foram analisados os documentos de quatro escolas municipais dos anos finais do ensino fundamental e seis escolas estaduais do ensino médio, destas, quatro do ensino médio regular e duas do ensino médio de referência.

Para apresentação neste texto das informações coletadas nas escolas utilizamos a seguinte codificação: Escola Municipal Cidade (EMC1 e EMC2); Escola Municipal Periferia (EMP1 e EMP2); Escola Estadual Regular Cidade (EERC1 e EERC2) Escola Estadual Regular Periferia (EERP1 e EERP2); Escola Estadual de Referência Cidade (EERFC) e Escola Estadual de Referência Periferia (EERFP).

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Sobre os PPPEs das escolas

Os projetos políticos pedagógicos das escolas foram elaborados tendo como base a LDB 9394/96, que em seu artigo 14º, orienta as unidades de ensino a formularem sua proposta pedagógica com a participação de toda comunidade escolar. Os PPPEs pesquisados foram todos elaborados em 2014. Conferimos que esse tem como base o primeiro documento estruturado por cada instituição, de forma coletiva, ou seja, com a colaboração de um

representante de cada segmento da escola, ao longo do tempo, cada escola define em que momento se faz necessário a revisão e reestruturação do seu projeto, adequando assim suas ações ao atual contexto e demandas da escola. No Quadro 1 apresentamos informações gerais sobre as escolas e PPPEs em que realizamos a pesquisa.

Quadro 1: Informações gerais sobre os projetos políticos pedagógicos das escolas pesquisadas

ESCOLA	BAIRRO EM QUE SE SITUA	Atualização do PPP	SUJEITOS ENVOLVIDOS NA ELABORAÇÃO DO PPP
Escola Municipal Centro 1 (EMC1)	Derby	Anual	Em todas as escolas (estaduais e municipais) são mobilizados representantes dos diferentes segmentos da comunidade escolar: alunos, professores, funcionários pais e gestão.
Escola Municipal Centro 2 (EMC2)	Boa Vista	Anual	
Escola Municipal Periferia 1 (EMP1)	Torrões	Anual, mês de julho	
Escola Municipal Periferia 2 (EMP2)	Estância	Anual, mês de fevereiro	
Escola Estadual Regular Centro 1 (EERC1)	Derby	Anual	
Escola Estadual Regular Centro 2 (EERC2)	Encruzilhada	Anual	
Escola Estadual Regular Periferia 1 (EERP1)	IPSEP	Anual, mês de dezembro	
Escola Estadual Regular Periferia 2 (EERP2)	Engenho do Meio	Anual, meses de junho e julho	
Escola Estadual de Referencia Centro (EERFC)	Santo Amaro	Anual, mês de agosto	
Escola Estadual de Referencia Periferia (EERFP)	Engenho do Meio	Anual, data a ser definida por uma comissão	

Conforme os documentos analisados, a preocupação com o problema da violência, perpassa todos PPPEs, configurando como uma inquietação de toda comunidade escolar. De acordo com a LDB Lei 9396/96, todos são corresponsáveis pela organização da escola. A seguir, passamos a explorar o conteúdo sobre violência contido no material analisado.

4.1.2. Violência escolar: o que os textos dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas revelam

Como já sinalizado antes, foram analisados 10 (dez) Projetos Políticos Pedagógicos de dez escolas públicas, entre essas, seis são estaduais e quatro são municipais e estão

localizadas na região central e periferia da cidade do Recife. Buscamos identificar no conteúdo desses PPPEs as referências ao problema da violência escolar, se esses documentos revelam preocupações com uma problemática reconhecidamente presente no interior dessas instituições.

Organizamos o material sobre a temática da violência nos PPPEs em duas categorias: ações diretas no combate a violência e ações indiretas para com a violência escolar. São definidas como ações diretas no combate a violência as ações apresentadas nos PPPEs aquelas direcionadas a amenizar, diminuir as atitudes e comportamentos de natureza violenta vivenciados no ambiente escolar. As ações indiretas dizem respeito a providências das escolas no sentido de prevenção dessas atitudes e condutas violentas, a fim de que elas não venham a se tornar uma realidade no interior dessas instituições.

4.1.3 As ações diretas ou combativas de violência escolar

De acordo com os documentos analisados, cinco instituições desenvolvem ações que se enquadram na categoria “ações diretas de combate à violência escolar”. A seguir, no quadro 2, apresentaremos as ações referentes a esta primeira categoria.

Quadro 2: Ações diretas no combate a violência escolar presentes nos PPPEs

Ação	f
Palestras	5
Projetos	2
Parcerias	4
Programas	2
Programas das disciplinas	1

No que tange às palestras, elas são citadas em cinco projetos, estão registradas nos Pese das escolas: EMC2, EMP1, EMP2, EERP1 e EERC2. Esta ação diz respeito a iniciativas de professores e gestores e ocorrem regularmente no decorrer de todo ano letivo nas escolas citadas. Em geral são ministradas por um representante de parcerias formadas para esse fim. As parcerias são estabelecidas com diferentes órgãos ou instituições: Polícia Militar

de Pernambuco, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria da Mulher e Conselho Tutelar. Por exemplo, a EMP1, no ano de 2013, estabeleceu uma parceria com o 12º BPM – Batalhão Arraial Novo do Bom Jesus, que regularmente comparece a instituição e realiza palestras que abordam diversos temas ligados a violência.

Conforme colocam esses PPPEs, os temas abordados nessas palestras são referentes à violência e segurança, drogas, *Bullyng*, educação, direitos humanos, família e saúde. Outro exemplo que podemos indicar é da palestra “Drogas e Relações Interpessoais” realizada pela EERP1 em parceria com o 19º Batalhão da Polícia Militar de Pernambuco.

Nos PPPEs das instituições EMP1 e EERP1 identificamos “projetos” como uma ação direta de combate a violência na escola. Os projetos são ações mais contínuas, levam mais tempo para serem desenvolvidos e tendem a envolver um maior número de pessoas da comunidade escolar. No que se refere a essa ação combativa, localizamos no PPPE da EMP1 dois projetos.

O primeiro, “Maria da Penha vai à Escola”, está relacionado a um projeto de lei, de autoria da deputada Laura Gomes. O referido projeto prevê que sejam trabalhadas nas escolas noções básicas sobre a Lei Maria da Penha, que esse conteúdo faça parte de matriz curricular das escolas de Ensino Fundamental e Médio da Rede pública. O projeto é desenvolvido ao longo do ano letivo, porém as atividades são mais intensas durante o mês de março com uma programação específica em alusão ao dia Internacional da Mulher. O conteúdo, informações e esclarecimentos sobre a Lei Maria da Penha são discutidos nas disciplinas de Educação Artística, Educação Física, Língua Portuguesa, História, Filosofia e Sociologia e tem como objetivo desconstruir o comportamento violento para com a questão de gênero. O projeto “Maria da Penha vai à Escola” é uma iniciativa da Secretaria de Educação em parceria com a secretaria da mulher envolvendo toda comunidade escolar.

O segundo Projeto, “Escola Legal”, é desenvolvido pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco e procura garantir um acompanhamento direto e mais eficaz dos conflitos e situações de risco, detectados no ambiente escolar. Conforme consta No PPPE, visa através de acompanhamento psicopedagógico, a oferta de cursos, atividades esportivas e atividades culturais, além de promover a resolução de conflitos ocorridos entre alunos, familiares, professores, gestores e funcionários em prol de uma cultura de paz.

Ainda referente à ação “projeto”, a EERP1 desenvolveu o “Projeto *Bullyng*”. A ação resulta da iniciativa dos professores, que trabalham de forma interdisciplinar com os

alunos na própria sala aula a questão do respeito às diferenças e a aceitação do outro. Conforme indicações do PPPE com este projeto, os professores planejam suas aulas conciliando os conteúdos de cada disciplina com a temática do Projeto *Bullying* para isso elaboram atividades pedagógicas que abordam assuntos dessa natureza, ou seja, voltados ao combate a discriminações e melhor convivência no espaço escolar. Conforme informações oferecidas pela gestão,⁶ os alunos que participam e se envolvem no projeto apresentam melhores resultados em suas aprendizagens.

Em relação à ação “Programas”, destacamos: o “Mais Educação” e o “Escola Aberta”, ambos idealizados e desenvolvidos pelo Ministério da Educação (MEC). Conforme os PPPEs analisados, as escolas que desenvolvem a ação “Programa” são: EMP1 e EMP2.

O Programa Mais Educação⁷, criado pela [Portaria Interministerial nº 17/2007](#) e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para indução da construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino. Procura ampliar a jornada escolar nas escolas públicas, para no mínimo 7 (sete) horas diárias, por meio de atividades optativas nessas escolas, a saber: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica. Dentre as atividades propostas pelo programa, são realizadas nas escolas apresentadas: Orientação de estudo e Leitura, Yoga/Meditação, Dança popular (capoeira e *Hip Hop*), Música (instrumento de corda e percussão), Artesanato, Mesoterapia, Perfumaria, Horta, Futsal, Biscuit e Pintura.

O Programa Escola Aberta⁸ incentiva e apoia a abertura de unidades escolares públicas localizadas em territórios de vulnerabilidade social durante os finais de semana. A estratégia potencializa a parceria entre escola e comunidade ao ocupar criativamente o espaço escolar aos sábados e/ou domingos com atividades educativas, culturais, esportivas, de formação inicial para o trabalho e geração de renda oferecida aos estudantes e à população do entorno.

⁶ Para complementar as análises solicitamos a gestão de algumas escolas maiores informações sobre o desenvolvimento das ações a fim de melhor entender como elas contribuem para prevenir ou combater a violência escolar.

⁷ Fonte da informação http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7083.htm

⁸ Fonte da informação <http://www.edcacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=115>

O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), desenvolvido pela polícia militar de Pernambuco, visa desenvolver uma cultura de paz, prevenção do uso e abuso indevido de drogas entre crianças e adolescentes. A ação é executada por meio de um curso, desenvolvido em ambiente escolar, com a participação da família, professores e comunidade escolar.

Nas escolas, o desenvolvimento do Programa é feito por um policial militar, especialmente treinado, em sala de aula, durante dezessete semanas com encontros semanais de uma hora de duração, com auxílio de material desenvolvido especialmente para o PROERD, tendo por base uma cartilha, onde o aluno é convidado a discutir e assimilar conteúdos relacionados à autoestima, pressão dos colegas e da mídia para uso de drogas, procura estreitar o relacionamento, dentro do modelo Gestão Integrada, o qual visa a defesa da vida, integridade física e dignidade da pessoa humana.

Os três programas: “Mais Educação”, “Escola Aberta” e PROERD estão contemplados nos PPPEs da EMP1 e EMP2. Como foi descrito, tratam-se de programas que empreendem ações diretas no combate à violência na escola durante todo ano.

No PPPE da EERP1 há referências ao programa da disciplina Educação Física, anexado ao documento, como um componente que prevê ações diretas no combate à violência. Diz respeito a uma iniciativa tomada pelos próprios professores da disciplina, que enfoca o repúdio a qualquer tipo de violência, ou seja, implica em não se aceitar que durante as aulas ou mesmo quando não se estiver em aula, repudiar qualquer ato de natureza violenta entre os alunos. Para o trato de atos que porventura venham a ocorrer, são tomadas como medidas, a integração de atividades pedagógicas e relacionamento social em parceria com os alunos, como por exemplo, o trabalho com dinâmica de grupos.

4.1.4 As ações indiretas ou preventivas de violência escolar

São cinco escolas que desenvolvem ações preventivas para com a violência. Nos quadros 2, logo a seguir, apresentamos as ações referentes a esta categoria.

Quadro 3: Ações indiretas no combate a violência escolar presentes nos PPPEs

Ação	f
Palestras	3
Projetos	3
Parcerias	3
Incentivo à formação de grupos de convivência	1
Movimento de participação estudantil	1

Assim como nas ações diretas, as “palestras” também constituem uma ação para com a violência nos PPPEs. São medidas tomadas pela escola na prevenção da violência e são realizadas esporadicamente no decorrer do ano letivo com a participação de toda comunidade escolar. Os PPPEs das EMC1, EERP2 e EERFC, contemplam essa ação com palestras que trazem temas como: direitos humanos, família e segurança que são realizadas pela polícia militar, a igreja e ONGs.

Ainda como uma ação preventiva, localizamos a ação “Projeto”. O Projeto “Voluntariado e Solidariedade” estão indicados no PPPE da EERP1 e tem como meta a prevenção da violência, o projeto é de iniciativa da própria coordenação pedagógica e gestores da escola. A ação procura engajar grupos de alunos em campanhas como, por exemplo, a campanha do aleitamento materno em parceria com o IMIP.

A EERC1 também apresenta no seu PPPE, um projeto, sob o título “Projeto Cultural e Corporal”. Este projeto tem como metas: a prevenção da violência na escola, aperfeiçoar a relação de confiança, amizade e respeito, com momentos de integração entre atividades pedagógicas e realização de reuniões com as famílias, a fim de envolver os pais no processo de conhecimento do educando. Para desenvolvimento da referida ação a escola conta com a parceria das famílias e da paróquia local, a Igreja Nossa Senhora de Belém.

A EERFP apresenta no seu PPPE os Eixos Norteadores da escola e descreve nestes eixos a intenção de elaborar Projetos os mais diferentes como: a prevenção do *Bullyng*, contemplando a Lei nº 13.995/2005, que prevê a inclusão de medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate ao *Bullyng* escolar no projeto pedagógico das escolas públicas e privadas.

O estímulo e incentivo à formação de grupos de convivência como clube juvenil e escolha dos líderes de turmas, são ações propostas no PPPE da EMC1 na prevenção a violência. Conforme informações complementares oferecidas pela equipe gestora, os grupos de convivência não foram ainda posto em prática pela escola, tendo em vista a mudança de gestão, contudo a escolha dos líderes de turma é uma prática que tem colaborado muito para a redução da indisciplina. Os líderes de turma contribuem com sua participação em eventos, estimulam os colegas a participarem, além de ajudarem na busca de soluções para problemas que ocorram na turma ou na escola.

O movimento de participação e envolvimento estudantil e a criação do grêmio escolar são ações propostas no PPPE da EERC1. Esta é considerada uma estratégia que estimula o desenvolvimento de atividades coletivas dos jovens e adolescentes na escola e que, a longo prazo, podem contribuir para prevenção da violência na escola. São de iniciativa da escola envolvendo professores, gestores, alunos, família e funcionários. A participação dos estudantes dá-se a partir da nomeação dos representantes de turma que colaboram com ideias e questionamentos sobre qualquer problema que haja entre eles ou na escola, o que facilita a convivência, pois está sempre aberto o canal de comunicação para eles.

As ações acima apresentadas indicam que, em resposta a questão proposta para esta pesquisa, os PPPEs das escolas municipais e estaduais analisadas revelam sim preocupação com o problema da violência escolar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já pontuado neste texto, a violência num sentido geral é um dos maiores problemas que aflige a sociedade atual, assume diferentes matizes e pode ocorrer em qualquer espaço onde existe a interação humana. Sendo a escola um desses espaços, a violência tem ultrapassado os seus muros e se instala na instituição exigindo da gestão e de todos sujeitos que compõem a comunidade escolar ações que objetivam combatê-la e/ou preveni-la.

Nosso objetivo nesse trabalho foi analisar se os Projetos Políticos Pedagógicos das escolas contêm diretrizes que tratam direta ou indiretamente da violência escolar e explicitar como sua organização pode contribuir para a redução do problema. Detectamos nos dez documentos analisados que todos apresentam em seus textos medidas para o enfrentamento da violência na escola. Essas medidas são ações diretas que combatem a violência, ou seja, são

ações mais atuantes e voltadas para o trato das ocorrências violentas de diferentes naturezas vivenciadas na instituição, como a violência simbólica, física e o *Bullyng*; ou ações indiretas que têm como objetivo a prevenção da violência escolar, essas ocorrem espaçadamente no decorrer do ano letivo. Dentre essas ações, a mais contemplada nos documentos são as palestras, que ocorrem durante o ano letivo, com temas geralmente voltados para a questão da violência, são realizadas por palestrantes provenientes de instituições/órgãos em parcerias formadas com a escola.

A identificação nos PPPEs de diretrizes que tratam direta ou indiretamente da violência escolar foi notória. As escolas municipais e estaduais alvos desta pesquisa revelam, através de sua gestão, que estão atentas e tem registrado no principal documento dessas instituições o reconhecimento da violência escolar como um problema e uma preocupação com a qual devem estar envolvidas para preveni-lo e/ou combatê-lo.

No geral as ações analisadas indicam também que um dos grandes desafios da educação escolar, é tornar a escola um espaço atraente e interativo, desafio que requer dos profissionais e de toda a comunidade usuária reflexões sobre o sentido das relações humanas construídas nesse ambiente. As ações são descritas de modo a envolver o seu coletivo para melhoria não só do processo de ensinar e aprender, mas também no de se relacionar com os outros.

Por fim podemos dizer que a realização desta pesquisa desperta em nós outros questionamentos, tais como: Como se dão essas ações na prática? Como a equipe de trabalho das escolas tem contribuído para combater ou prevenir a violência escolar? O que os estudantes dessas instituições pensam sobre essas ações? Como os pais e comunidade tem se envolvido nessas ações? Estas questões indicam a necessidade de outras pesquisas que investiguem o cotidiano da escola pública.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, Júlio. Gropa. **Confrontos na sala de aula**: uma leitura institucional da relação professor- aluno. São Paulo: Summus, 1999.
- BOGDAN, Robert & BIKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa em Educação**. Porto Editora. Porto. 1994.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB, nº 9394/96. Brasília: Câmara Federal. 1990

CARIA, Alcir de Souza. **Projeto Político Pedagógico em busca de novos sentidos**. Edição Cidadã 7. São Paulo: editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011.

CELLARD, André. **A análise documental**. In: **POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

CHARLOT, Bernard. **Relação com o saber, formação de professores e globalização: questões para a educação hoje**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

COSTA, Rodrigo César. **Moralidade e violência nas escolas na visão dos professores**. 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/123133>. Acesso em: 03/07/2015

DEBARBIEUX, Eric. **Desafios e alternativas: violências nas escolas**. Brasília: Edições UNESCO Brasil, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas**. São Paulo. Atlas. 6º edição. 2006.

LIJIMA, Danieli Wink & SCHROEDER, Tania Maria R. Pesquisa sobre violência escolar no Brasil. **Revista Travessias**. Vol. 06, n. 03, 2012. Disponível em www.unioest.br/travessias acesso em 01/07/2015

LIRA, Adriana. & LIMA, Denise Maria Soares. A discriminação racial como forma de violência: um desafio para educação de hoje. **Revista África e Africanidades**. Ano 6, n.18, jan.2015. Disponível em: www.africaeaficanidades.com.br acesso em 30/06/2015

MACHADO, Lada Bezerra & CARVALHO, Danielle Farias de. Violência escolar: concepções e ações do coordenador pedagógico. **Revista Reflexão e Ação**: Santa Cruz do Sul, vol. 21, nº 1, p.05-23, jan. /jun.2013.

MACHADO, Laêda Bezerra e SOARES Michelle Beltrão. **Violência contra o professor nas representações sociais de docentes**. **Perspectiva**, Florianópolis, v.32,333-354, an. abril/2014.

ODALIA, Nilo. **O que é violência?** São Paulo: nova cultural: brasiliense. 1985.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAUDE, **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra,2002.

RUBINHO, Stephanie Altobelli e SOUZA, Sheila Carla de. Violência escolar: um olhar sobre as concepções e atitudes dos docentes e gestores acerca do bullying. **VII Jornada de Iniciação Científica** – 2011. Disponível em:

www.mackenzie.com.br/fileadmin/Pesquisa/pibic/publicacoes/2011/pdf/ped/stephanie_altobelli.pdf. Acesso em 05/07/2015

SILVA, Joyce Mary Adam de Paula.; SALLES, Leila Maria. Ferreira. **Jovens, violência e escola**: um desafio contemporâneo. São Paulo: Cultura Academia, 2010.

SPOSITO, Marília Pontes. A instituição escolar e a violência. **Cadernos de pesquisa**, n. 104, p. 58-75, 2013.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: Plano e Ensino a Aprendizagem e Projeto Educativo**. São Paulo: Liberdade, 1995.

APÊNDICE

Roteiro para análise do Projeto Político Pedagógico da Escola

Escola: _____

1- Rede de ensino:

Estadual Municipal

Escola de referencia sim não

2- Localização:

Periferia Centro

3- Etapas de educação básica oferecidas:

Anos/Séries finais do ensino fundamental

Ensino médio

Turnos de funcionamento

Manhã tarde noite

5- Fator (es) determinante (s) na organização do projeto – mobilização para sua construção

6- Período de estruturação do projeto.

7- Problemas de violência que repercutem na escola registrados no projeto.

8- Descrição das Ações/Programas e projetos planejados/desenvolvidos pela escola no combate a violência.

9- Sujeitos escolares envolvidos nas ações de combate a violência.

10 - Sujeitos da comunidade e parcerias estabelecidas no combate a violência